



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

“Governo Popular e Participativo”

DECRETO Nº 2.816/2007

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

HUMBERTO CARLOS RAMOS AMADUCCI,
Prefeito Municipal de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º- Fica constituída Comissão Especial composta pelos servidores Adelaine Aparecida Soares, Secretária Municipal de Administração, Símbolo DAS-1, Domingos Pereira Rosa, Operador de Máquinas, Símbolo STO-13, Maria Elena de Matos, Fisioterapeuta, Símbolo TNS - 11 e Sidney Ribeiro, Assistente de Administração, Símbolo ADM-1 para, sob a coordenação do primeiro, proceder ao acompanhamento dos trabalhos que terão por finalidade a elaboração do Laudo de Insalubridade e Periculosidade e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, preparados pelo profissional Dorialdo Carlos da Silva, Técnico em Segurança do Trabalho, registro no MTE n.º 51/09644-1.

Art. 2º- O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme NR 9 da Portaria n.º 3.214 do Ministério do Trabalho, visa preservar a saúde e a integridade física dos funcionários, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Art. 3º- O Laudo de Insalubridade e Periculosidade tem por objetivo apresentar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos funcionários nos diversos setores da Prefeitura, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
"Governo Popular e Participativo"

Normas Regulamentadoras n.º 15 e 16 da Portaria 3214/78, Decreto n.º 93412/86 e Portaria n.º 3393/87.

Art. 4.º - A Comissão nomeada deverá expedir Parecer acatando a Perícia e, caso necessário entenda, sugerindo alterações nos documentos apresentados.

Art. 5.º - Após a emissão do Parecer pela Comissão Especial, o mesmo deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal através de Decreto Municipal, devidamente publicado em órgão de divulgação oficial.

Art. 6.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MUNDO NOVO-MS., 22 DE AGOSTO DE 2.007.

Humberto Carlos Ramos Amaducci
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL

RECEBIMENTO DE DECLARAÇÃO AMBIENTAL
A Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul / IMASUL - MS, a Declaração Ambiental n.º 012/2006 para construção de 21 Unidades Habitacionais localizadas nos lotes 01 ao 16 da Quadra 53 e 09 a 13 da Quadra 54 no Jardim Guarabara, que este empreendimento está ISENTO de Licenciamento Ambiental neste Instituto conforme Lei Federal n.º 6.766/79 e alterações 9785/99, Resolução CONAMA n.º 237/97, Lei Estadual n.º 2.257/01, Resolução SEMA n.º 004/93 e Resolução Conjunta SEMA/IMAP/MS n.º 004/04.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL

ANÁLISE DE CARTA CONSULTA
A Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente Pantanal - IMAP/MS a ANÁLISE de Carta Consulta, para construção de 21 Unidades Habitacionais de Interesse social para população de Baixa Renda.

DECRETO Nº 2.816/2007

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
HUMBERTO CARLOS RAMOS AMADUCCI, Prefeito Municipal de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, DECRETA

Art. 1.º Fica constituída Comissão Especial composta pelos servidores Adeline Aparecida Soares, Secretária Municipal de Administração, Símbolo DAS-1, Domingos Pereira Rosa, Operador de Máquinas, Símbolo STO-13, Maria Elena de Mattos, Fisioterapeuta, Símbolo TNS - 11 e Sidney Ribeiro, Assistente de Administração, Símbolo ADM-1 para, sob a coordenação do primeiro, proceder ao acompanhamento dos trabalhos que terão por finalidade a elaboração do Laudo de Insalubridade e Periculosidade e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, preparados pelo profissional Dorivaldo Carlos da Silva, Técnico em Segurança do Trabalho, registro no MTE n.º 5109644-1.

Art. 2.º O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme NR 9 da Portaria n.º 3.214 do Ministério do Trabalho, visa preservar a saúde e a integridade física dos funcionários, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Art. 3.º O Laudo de Insalubridade e Periculosidade tem por objetivo apresentar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos funcionários nos diversos setores da Prefeitura, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras n.º 15 e 16 da Portaria 3214/78, Decreto n.º 83412/86 e Portaria n.º 3393/87.

Art. 4.º - A Comissão nomeada deverá expedir Parecer atestando a Perícia e, caso necessário entendida, sugerindo alterações nos documentos apresentados.

Art. 5.º - Após a emissão do Parecer pela Comissão Especial, o mesmo deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal através de Decreto Municipal, devidamente publicado em órgão de divulgação oficial.

Art. 6.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MUNDO NOVO-MS, 22 DE AGOSTO DE 2007.
Humberto Carlos Ramos Amaducci
PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO

LEI MUNICIPAL N.º 851/2007, DE 22 DE AGOSTO DE 2007

"Dispõe sobre alteração do percentual mencionado no Art. 2.º, da Lei Municipal n.º 835/2007, de 12 de abril de 2007, autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Anual de 2007, da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO - MS e do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, utilizando recursos por Excesso de Arrecadação, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, faz saber que a Câmara Municipal Aprova e ele Sanciona a seguinte Lei:
Art. 1.º - O "caput" do artigo 2.º da Lei Municipal n.º 835/2007, de 12 de abril de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, durante o exercício de 2007, Créditos Adicionais Suplementares por Anulação de Dotação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da Despesa, constantes dos orçamentos que integram esta Lei, utilizando como recursos compensatórios, a fonte referida nos Incisos I, III e IV, Parágrafo 1.º, do Artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Anual de 2007, da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO - MS, no valor de R\$ 3.198.500,00 (um milhão, novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos reais) e do FUNDO DE MANUT. E DESENVOLV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFIS. DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 4.º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 3.º, utilizará recursos provenientes do Excesso de Arrecadação, na forma do inciso II, parágrafo 1.º, Artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstrativos em anexo (Anexos I e II).

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano dois mil e sete.

JOADIUM SANTOS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 851/2007, DE 22 DE AGOSTO DE 2007

ANEXO I

ESTIMATIVA PARA INDICAÇÃO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - FUNDEB

Table with 2 columns: Description and Value (R\$). Rows include Arrecadação de Jan. a julho de 2007, Média/mês, Média/mês X 12, and Receita prevista para 2007.

ESTIMATIVA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Table with 2 columns: Description and Value (R\$). Rows include Receita prevista para o exercício de 2007, Previsão (Média/mês X 12), and Diferença - Previsão de Excesso.

A projeção indica uma previsão de excesso de arrecadação em torno de um valor aproximado de R\$ 724.226,40 (setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais, quarenta centavos). Foi tomado como base de cálculo, para determinar o excesso de arrecadação, somente o desempenho das Receitas Correntes de 2007.

Table with 2 columns: Description and Value (R\$). Rows include ESPECIFICAÇÃO and VALOR R\$.

DECRETO Nº 1.644, DE 17 DE

REGULAMENTA A Lei Complementar nº 40, de 24 de maio de 2005, e dá outras providências.
ARLEI SILVA BARBOSA, Prefeito Municipal de Mato Grosso do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1.º. Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Nova Alvorada do Sul o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de caráter tributário.

Art. 2.º Para fins do disposto neste artigo, ficam sujeitos ao pagamento do imposto os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, os seguintes:
I - nota fiscal padronizada;
II - autorização para impressão de documentos;
III - declaração eletrônica de serviços;
IV - guia de recolhimento;
V - relatórios administrativos e relatórios gerenciais;
VI - outros documentos.

CAPÍTULO II
DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS
Art. 3.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 4.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 5.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 6.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 7.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 8.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 9.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 10.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 11.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 12.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 13.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 14.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 15.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 16.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 17.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 18.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 19.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 20.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 21.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 22.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 23.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 24.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 25.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 26.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 27.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 28.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

EXTRATO DE NOVA DE EMPENHO Nº 3691

PARTES: Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia - MS
CONTRATO Nº 034/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 05/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 06/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 07/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 08/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 09/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 10/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 11/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 12/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 13/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

VALOR: R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos e quarenta e cinco reais)
DATA: 07 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDARAIA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 14/07
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PDSOCIAL

DECRETO N.º 800/2007, de 10

de 10 de agosto de 2007.
ARLEI SILVA BARBOSA, Prefeito Municipal de Mato Grosso do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1.º. Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Nova Alvorada do Sul o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de caráter tributário.

Art. 2.º. Para fins do disposto neste artigo, ficam sujeitos ao pagamento do imposto os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, os seguintes:
I - nota fiscal padronizada;
II - autorização para impressão de documentos;
III - declaração eletrônica de serviços;
IV - guia de recolhimento;
V - relatórios administrativos e relatórios gerenciais;
VI - outros documentos.

Art. 3.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 4.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.

Art. 5.º. A declaração eletrônica de serviços de qualquer natureza, de caráter tributário, será obrigatória para todos os contribuintes, no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul, no uso e gozo de suas atribuições legais, a partir de 22 de agosto de 2007.